

HABEAS CORPUS Nº 515.730 - SP (2019/0170408-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SANDRA MARIA SHIGUEHARA TIBANO - SP256487
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANO CUSTODIO DE LIMA (PRESO)

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. PROGRESSÃO DE REGIME. CASSAÇÃO PELO TRIBUNAL, COM DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO. MENÇÃO AO HISTÓRICO DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES DO PACIENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Cristiano Custodio de Lima** – beneficiado com progressão de regime prisional –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao agravo em execução ali interposto pelo Ministério Público estadual (Agravo de Execução Penal n. 9000378-80.2019.8.26.0050), para cassar a progressão de regime deferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Execuções Criminais da comarca de São Paulo/SP (PEC n. 626.551).

Alega a impetrante que *a defesa opõe-se à realização do exame em todo e qualquer caso, tanto porque não são realizados no Estado de São Paulo os exames iniciais previstos nos artigos 5º e 8º da LEP, não havendo individualização concreta da pena, o que prejudica, por conseguinte, a realização de exame no curso da execução, quanto porque os exames usualmente analisam não a conduta da pessoa, mas sua personalidade, seus pensamentos e sentimentos, o que não se admite num Estado Democrático de Direito* (fl. 5).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja cassado o acórdão hostilizado, restabelecendo-se a decisão que concedeu a progressão de regime ao paciente.

É o relatório.

O presente *writ* não comporta processamento.

Primeiro, porque se mostra como substitutivo de recurso especial, sendo incabível, segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal.

Depois, porque o Tribunal *a quo* logrou demonstrar a necessidade de realização do exame criminológico, ao afirmar que (fls. 36/37):

[...] Ressalte-se, ainda, que há três faltas de natureza grave reconhecidas em desfavor do agravado (fls. 8), com ênfase ao fato de que duas de tais infrações consistiram em abandono do regime semiaberto, com posterior recaptura e determinação de regressão ao regime fechado, além da circunstância de que o crime de roubo pelo qual responde atualmente foi cometido enquanto em gozo do livramento condicional. [...]

Com efeito, a Lei n. 10.792/2003 alterou o art. 112 da Lei n. 7.210/1984, retirando a obrigatoriedade do exame criminológico para a concessão de benefícios da execução penal.

Mas esta Corte Superior e o colendo Supremo Tribunal Federal sumularam o entendimento de ser possível a determinação do aludido exame, desde que em decisão devidamente fundamentada, o que, no presente caso, de fato, ocorreu.

Confira-se, a propósito, o teor da Súmula Vinculante 26/STF e da Súmula 439/STJ, respectivamente:

Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.

Em face do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a inicial.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

